

# Avaliação formativa: razões pelas quais não existe

**Dylan Wiliam**, *Emeritus Professor of Educational Assessment - UCL Institute of Education, UK*

Que é, exatamente, a avaliação formativa? Para alguns, é uma avaliação de baixo risco, dada aos alunos como uma forma de se prepararem para um trabalho mais importante. Por exemplo, os alunos podem ser incentivados a entregar um trabalho antes do prazo final, para que tenham a oportunidade de obter algum feedback e melhorá-lo antes de o concluir. Este uso do termo formativo descreve onde, nos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação realmente ocorre. Nesta perspectiva, a avaliação formativa é qualquer avaliação que acontece antes da “avaliação principal”.

Para outros, a avaliação formativa é útil para verificar o progresso dos alunos. Aqui, são recolhidas provas do desempenho dos alunos antes do fim da unidade temática, para que se consiga verificar se os alunos estão a progredir suficientemente para atingir o padrão exigido ou esperado. Isto é, evidentemente, positivo. Seria desastroso descobrir que os alunos não atingiram os padrões exigidos apenas no final da unidade, por isso é necessário verificar se estão a aprender e a recordar o que lhes foi ensinado - poderíamos chamar a este tipo de avaliação, “avaliação sumativa de alerta antecipado”.

No entanto, geralmente não é fácil fazer isto. Se avaliarmos o progresso dos alunos a meio de uma unidade, avaliamos a matéria toda ou apenas o que aprenderam até agora? Se avaliarmos tudo na unidade, é natural que os alunos não obtenham resultados muito bons, afinal de contas estão a ser avaliados em coisas que ainda não lhes foram ensinadas. Contudo, em contrapartida, a maioria dos alunos descobrirá que a sua avaliação final será mais elevada do que a avaliação intercalar. Se avaliarmos apenas o que foi dado até a esse momento, as notas dos alunos refletirão o que aprenderam do que lhes foi lecionado, mas se a segunda parte da unidade for mais exigente, poderá dar uma falsa sensação do nível em que se encontram. Aqui, não há respostas fáceis; apenas cedências. O ponto importante aqui é que, se formos claros sobre as cedências, poderemos fazer escolhas mais prováveis de representar os interesses dos alunos.

Além de identificar os alunos que eventualmente necessitem de mais apoio para conseguir acompanhar o resto da turma, estas avaliações, se forem utilizadas de forma inteligente, podem identificar divergências entre o que os alunos precisam de aprender e o que está a ser ensinado. Por exemplo, se tivermos uma folha de cálculo com os nomes dos alunos numa coluna e os números das perguntas no topo, e em cada célula a pontuação de um aluno nessa pergunta (0 ou 1 para as perguntas certas/erradas ou a pontuação real para as perguntas de crédito parcial), então, evidentemente, se somarmos as pontuações horizontalmente, obtemos a pontuação de cada aluno no teste. No entanto, se calcularmos as pontuações na vertical,

descobrimos a pontuação de cada pergunta. As pontuações baixas podem indicar uma matéria que ainda não foi ensinada, mas também podem indicar uma questão que os alunos deveriam ter sido capazes de responder, e não foram. Isto poderá significar que havia algo de errado com a pergunta ou que a abordagem ao ensino dessa



matéria foi inadequada. O que é importante aqui é que a recolha de dados sobre o que os alunos estão a aprender ajuda os professores a tornar o seu ensino mais recetivo às necessidades dos mesmos.

No entanto, pensar na avaliação formativa apenas desta forma - descobrir o que está a correr mal depois de já ter corrido mal - ignora aspetos que poderiam ter um impacto muito maior na aprendizagem dos alunos.

Embora seja importante descobrir se os alunos aprenderam alguma coisa, a avaliação pode desempenhar um papel importante para ajudar os alunos a tornarem-se mais ativos na gestão da sua própria aprendizagem - aquilo que Richard Stiggins designa de “avaliação em sala de aula com a participação dos alunos”. Se os alunos compreenderem o que devem aprender, e forem capazes de monitorizar o seu próprio progresso em direção a esses objetivos, é provável que consigam melhorar a sua aprendizagem.

A avaliação também pode ajudar os professores a tomar melhores decisões enquanto ensinam. O objetivo do ensino é aumentar a capacidade a longo prazo. Afinal de contas, se os alunos não se conseguem lembrar de algo uma semana depois de ter sido ensinado, então a aprendizagem não foi bem-sucedida. No entanto, os professores precisam de tomar decisões constantemente enquanto ensinam - não podem esperar duas semanas para ver se a matéria foi assimilada. Se tiverem melhores provas sobre o que está a acontecer na cabeça dos alunos, é provável que tomem melhores decisões sobre o que fazer em seguida. O facto de os alunos conseguirem fazer algo no final da aula de hoje, não garante que o consigam fazer dentro de duas semanas, mas se não forem capazes de o fazer no final da aula de hoje, é bastante improvável que o consigam dentro de duas semanas. Provas de melhor qualidade conduzem a melhores decisões que, por sua vez, conduzem a uma melhor aprendizagem.

Quando pensamos na qualidade das provas que os professores têm para as suas decisões, há dois aspetos particularmente importantes — amplitude e profundidade. Imaginemos que um professor pergunta a uma turma de crianças pequenas quais dos seguintes são seres vivos:

- A. *Pássaro*
- B. *Árvore*
- C. *Gato*
- D. *Mesa*

Depois, o professor pede aos alunos que levantem a mão para indicar que têm uma resposta e uma das crianças escolhe a opção A e outra escolhe a opção C. Poderá ser tentador concluir que a turma compreendeu o que é um ser vivo. Contudo, se os professores apenas ouvirem as respostas de dois alunos, não terão uma ideia exata do que se passa na cabeça das outras crianças. É por isso que é uma boa ideia obter regularmente (e com isto quero dizer a cada 20 a 30 minutos de aula) uma resposta de cada uma das crianças através de um sistema que utilize, por exemplo, quadros magnéticos, cartões com letras ou mesmo votação com os dedos (1 para A, 2 para B e assim por diante). Algumas empresas de tecnologia recomendam a utilização de sistemas de votação eletrónica, que afirmam ser particularmente úteis porque permitem registar a resposta de cada aluno. Contudo, não tenho a certeza de que esta seja uma ideia assim tão boa. Se pretendermos criar salas de aula onde os alunos se sintam confortáveis em cometer erros, a última coisa que devemos fazer é registar cada um deles. É por isso que a tecnologia pode, por vezes, atrapalhar e a versão analógica é muitas vezes melhor. Em brincadeira, às vezes digo que os quadros magnéticos são a invenção mais importante na tecnologia educativa desde os quadros de ardósia!

Além de obter provas de cada aluno, também é importante prestar atenção à qualidade das provas que estamos a obter, e é aqui que surge a importância de formular cuidadosamente as perguntas. Se todas as crianças escolherem as opções A e C para a pergunta acima, poderemos sentir-nos tentados a concluir que sabem o que é um ser vivo. Infelizmente, é pouco provável que esta seja uma conclusão válida. Sabemos que muitas crianças pequenas têm uma ideia errada do que é um ser vivo, associando-o ao movimento. Uma criança que tenha esta ideia errada sobre os seres vivos, responderia corretamente à pergunta acima. Se utilizássemos a pergunta abaixo, esta ideia errada seria revelada:

Quais dos seguintes são seres vivos?

- A. *Relva*
- B. *Autocarro*
- C. *Árvore*
- D. *Computador*



A qualidade das decisões que tomamos depende fundamental da qualidade das provas que recolhemos e, essas, por sua vez, dependem da qualidade das perguntas que fazemos. Afinal de contas, se os alunos com o pensamento errado e os alunos com o pensamento certo derem a

mesma resposta a uma pergunta, essa pergunta não foi muito útil. É por isso que é importante que os professores planeiem as perguntas que vão fazer nas aulas, de preferência com um colega. Como me disse uma vez um professor: “Nós não conseguimos pensar em boas perguntas sozinhos. Seremos sempre vítimas da nossa própria maneira de pensar”.

Do que foi mencionado acima, tornar-se-á claro que a avaliação formativa pode ocorrer numa série de períodos de tempo, que podem ser entre 1 a 2 vezes por semestre, de minuto a minuto e diariamente. Mas também é importante notar que o que torna uma avaliação formativa não é quando ocorre, nem o tipo de avaliação que utilizamos, mas sim, o que fazemos com a informação.

Por exemplo, suponhamos que testava os conhecimentos de tabuada de uma criança de 1x1 a 10x10, selecionando ao acaso 20 das 100



multiplicações possíveis. Se a criança responder corretamente a 10 das 20, posso ficar razoavelmente seguro de que sabe aproximadamente 50% da tabuada. Esta seria uma conclusão sumativa, porque estou a utilizar as provas para tirar ilações sobre o estado atual de conhecimentos dessa criança. No entanto, se reparar que a criança está a ter dificuldades com a tabuada do 7, como professor, isso dá-me algo com que trabalhar. Consigo perceber o que fazer em seguida. Esta seria uma conclusão formativa. O ponto importante aqui é que a mesma avaliação, e a mesma informação da avaliação, pode ser utilizada de forma sumativa ou de forma formativa. Isto significa que “formativa” e “sumativa” não constituem propriedades de uma avaliação, mas sim das utilizações que fazemos da informação ou da função que a avaliação serve. Se pensarmos nas avaliações como procedimentos

para tirar conclusões (dar aos alunos coisas para fazer, observar o que fazem e tirar conclusões), então as palavras “formativa” e “sumativa” são melhor encaradas como descrições das conclusões que tiramos. Por vezes tiramos conclusões sumativas (este aluno conhece 50% da tabuada) e por vezes tiramos conclusões formativas (é necessário ajudar este aluno com a tabuada do 7). Em conclusão, algumas avaliações servem melhor uma função formativa e outras servem melhor uma função sumativa. Contudo, se aceitarmos que as palavras formativa e sumativa descrevem as conclusões que tiramos, é evidente que o conceito de “avaliação formativa” não pode existir, mas sim uma avaliação que produz provas que são utilizadas de forma formativa.

Para tornar isto tangível, considere o teste intercalar discutido no início deste artigo. Se dermos a um aluno um teste a meio de uma unidade temática, o facto de ser ou não formativo depende do que fizermos

com as provas da avaliação. Se pontuarmos a avaliação, e utilizarmos essa pontuação para a nota final do semestre, estará a funcionar de forma sumativa, mas se também dermos ao aluno um feedback sobre o que precisa de melhorar, então também estará a cumprir uma função formativa. O problema, naturalmente, é que a presença da pontuação pode muitas vezes impedir os alunos de olharem para o feedback para descobrirem como podem melhorar. Em vez disso, olham para a sua própria pontuação e depois olham para a pontuação do vizinho - a avaliação sumativa ofusca a formativa. Qualquer

avaliação pode ter uma finalidade formativa ou sumativa, mas normalmente uma função interfere com a outra, pelo que é geralmente melhor decidir desde o início qual é o objetivo da avaliação: ajudar o aluno a melhorar ou informá-lo sobre o nível em que se encontra? É muito difícil fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

